

UM PACTO FÁUSTICO E IMPACTOS DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL EM *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

A FAUSTIC PACT AND IMPACTS OF MODERNIZATION IN BRAZIL IN GRANDE SERTÃO: VEREDAS

DOI 10.20873/uft2179-3948.2023v14n3p96-114

Paula Amaral Inojosa¹
Robson Teles Gomes²

Resumo: O mito de Fausto está presente na literatura há quase 500 anos, e os autores encontram formas de inovar a temática fáustica ao trabalharem as questões da modernidade, tornando o mito relevante na atualidade. Neste artigo, pretende-se entender o motivo para a realização do pacto fáustico em *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, e a forma pela qual o mito fáustico é utilizado pelo autor para representar a modernidade brasileira e os problemas do homem moderno. O contexto histórico social refletido na obra também será abordado.

Palavras-chave: Pacto Fáustico; *Grande Sertão: Veredas*; Guimarães Rosa; modernidade brasileira.

Abstract: The myth of Faust has been present in literature for almost 500 years and the authors find ways to innovate the Faustian theme when working on issues of modernity, making the myth relevant today. This article intends to understand the reason for the realization of the Faustian pact in the novel *Grande Sertão: Veredas*, by Guimarães Rosa, and the way in which the Faustian myth is used by the author to represent brazilian modernity and the problems of modern man. The social historical context reflected in the work will also be addressed.

Keywords: Faustian Pact; *Grande Sertão: Veredas*; Guimarães Rosa; brazilian modernity.

Introdução

Um dos cognomes de *Grande Sertão: Veredas* é “Fausto Sertanejo”, deixando clara a apropriação de João Guimarães Rosa do mito de Fausto para narrar a história do jagunço Riobaldo, assim como a natureza difusa do mito, que vem sendo continuamente reproduzida e adaptada ao longo da história nas mais diversas culturas e contextos histórico-sociais.

O mito fáustico tem origem na história do médico, mágico e alquimista alemão Jörg Faust, ou Doutor Faust (Fausto), como era comumente chamado, que teria vivido

¹ Graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco; inojosa.paula@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0006-7636-0215>.

² Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor Assistente II da Universidade Católica de Pernambuco, Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, Professor de Linguagens do Ensino Médio do Colégio Santa Maria, Dramaturgo e Encenador., prof.robsonteles@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0665-3830>.

aproximadamente entre 1480 e 1540, e supostamente firmara um pacto com o Diabo. O Fausto histórico, segundo registros e referências, verídicas ou não, seria um charlatão e afirmava ser um nigromante, ou seja, um praticante de magia negra.

Na época de Fausto, que viveu durante a Reforma Protestante, a prática de magia era diretamente ligada ao Diabo. “Foram Lutero, Melanchthon e seus seguidores protestantes da época os responsáveis pela história da relação entre Fausto e o Diabo” (WATT, 1997, p.31). Porém, a ideia da realização de um pacto só foi estabelecida após a publicação da obra *Faustbuch*, em 1587, na cidade de Frankfurt. O livro, de autoria anônima, também se referiu à figura de Mefistófeles e colocou “o Fausto e o Diabo elevados à condição de personagens” (WATT, 1997, p.38).

A lenda de Fausto, o homem que sacrifica sua alma para alcançar seus objetivos, inspirou grandes obras da literatura mundial. A mais famosa e significativa delas é a tragédia de Goethe, dividida em duas partes, intitulada de *Fausto: Uma tragédia* (1806). Outro autor alemão que abordou o mito de Fausto foi Thomas Mann, em sua obra *Doutor Fausto* (1947). No cenário conturbado da Segunda Guerra Mundial, Mann utilizou o mito fáustico para fazer um retrato da Alemanha nazista. Assim como Mann, Guimarães Rosa insere suas preocupações nacionais em *Grande Sertão: Veredas* e revela, através dos anseios do seu protagonista pactário, um retrato do Brasil.

Em *Grande Sertão: Veredas*, definido por Antonio Candido como “o primeiro grande romance metafísico da literatura brasileira” (CANDIDO, 2000, p.10), o mito fáustico é utilizado para narrar a história do protagonista, o jagunço Riobaldo. Através do seu monólogo direcionado a uma personagem desconhecida, ele tenta obter respostas a respeito da existência ou não do demônio e do firmamento do pacto, para saber se teve culpa na morte de seu grande amor, Diadorim. “É a questão do pacto que fundamenta toda a narração. Atormentado pela culpa, Riobaldo quer saber se de fato ele firmou um pacto com o Diabo” (BOLLE, 2004, p.36).

1. A modernidade através da história

Na cronologia histórica, a Idade Moderna é contada a partir do final da Idade Média, em meados do século XV, com a descoberta do Novo Mundo, passando pelo Renascimento e pela Reforma, até o século XVIII, a era das grandes revoluções, tendo como marco a Revolução Francesa, que consolida o pensamento moderno e marca o início da Idade Contemporânea, que vivemos até os dias de hoje.

A definição do que é antigo, medieval, novo e moderno, na perspectiva ocidental, está nos pontos de ruptura e nos processos de transformação no decorrer do tempo. O conceito de

modernidade pode ser entendido como o momento em que ocorre uma ruptura com a tradição, quando há oposição entre o antigo e o novo (MARCONDES, 2007, p. 156). "Os modernos defendem, nas artes e nas letras, o ideal de progresso, análogo ao da ciência e da técnica. O novo é considerado superior ao antigo, e, portanto, não há razão para buscar no período clássico os padrões estéticos" (MARCONDES, 2007, p. 211).

A ruptura com os tempos antigos acontece através de movimentos e revoluções, que, ao serem somados, resultam em mudanças nos diversos aspectos que compõem uma sociedade.

A "modernidade" significou uma revolução cultural, ocorrida apenas no Ocidente [...] que tornou possível a constituição de uma nova ordem política (Estado burocrático), uma nova ordem econômica (ética do trabalho e empresa capitalista), e uma nova ordem social (não-fraternidade religiosa) (REIS, 2005, p. 22).

A Europa no século XVIII, principalmente durante a segunda metade, foi tomada pela onda racionalista e cientificista dos pensadores iluministas, inspirados pelo ideário do Renascimento. Entre os primeiros idealizadores do pensamento moderno estão René Descartes, Francis Bacon e John Locke.

As ideias iluministas impulsionaram uma população insatisfeita com o governo e com o grande aumento da desigualdade social, a iniciar um dos principais movimentos da história mundial, ponto de ruptura definitivo para a modernidade: a Revolução Francesa. Tal revolução foi o marco histórico que deu início a era moderna, quebrando paradigmas e apresentando um novo modelo de política e de sociedade. Falar em modernidade requer refletir sobre esse período de intensas transformações que impactou no cenário político e filosófico de todo o Ocidente. Ainda que a Revolução Francesa tenha ocorrido em um único país, esse movimento não se resumiu à França, como Skocpol e Kestnbaum (1990, p. 27) afirmam:

Try as they may, historians of France will never be able to appropriate the French Revolution for French history alone – not even for European or Western history alone. The French Revolution was, is – and ever will be, as interpretations of it change from new vantage points – a truly world-historical event. The French Revolution is the property of all those who would understand the patterns and meanings of politics in our global era of democracy, bureaucracy, national state formation, and the still-burning passions of international warfare³.

Goethe acreditava que a revolução era resultado de um mau governo, e não da conscientização política da população, como pensavam os iluministas. Segundo o autor, as

3 Por mais que tentem, os historiadores da França nunca poderão se apropriar da Revolução Francesa somente para a história francesa – nem mesmo para a história europeia ou ocidental. A Revolução Francesa foi, é e sempre será, como as interpretações mudam de novos pontos de vista – um evento verdadeiramente histórico mundial. A Revolução Francesa é propriedade de todos aqueles que compreenderiam os padrões e os significados da política em nossa era global de democracia, burocracia, formação do Estado nacional e as paixões ainda incendiadas da guerra internacional. (Tradução da autora)

“Revoluções são totalmente impossíveis, desde que os governos sejam sempre justos e estejam sempre vigilantes para providenciá-las com melhoras, e não hesitem demais até que o inelutável seja forçado de baixo para cima!” (GOETHE *apud* NITSCHAK, 1983, p. 36). O autor não considerava que o diálogo entre governantes e o povo é essencial para atender às necessidades da população e, assim, evitar conflitos.

As revoltas geradas pela falta de comunicação definitivamente não são algo que ficou no passado, e muito menos algo restrito à Europa (assim como os ideais da Revolução Francesa). É uma realidade ainda presente na pós-modernidade⁴, e mais do que isso, é um traço que marca a era moderna, “a ausência de um verdadeiro diálogo entre os donos do poder e o povo que caracteriza também a nossa época” (BOLLE, 2004, p. 17). Willi Bolle (2004) afirma que o mais precioso e complexo estudo dessa questão se encontra no romance de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

2. Sertão: a modernidade brasileira

A modernidade brasileira é um assunto passível de discussão ainda nos dias de hoje, afinal, o Brasil não segue a linha cronológica histórica da Europa, o continente que dita os padrões de modernidade no Ocidente. “No Brasil, a modernidade, frequentemente, é vista como algo que vem de fora e que deve ser admirado e adotado, ou, ao contrário, considerado com cautela tanto pelas elites como pelo povo” (OLIVEN, 2001, p.3). O Brasil surge para o mundo ocidental durante o início da era moderna europeia. Uma nação completamente fora do modelo de civilização europeu.

Foram anos subjugados à colonização e à imposição de uma cultura que se instituiu como ideal a ser seguido. Como consequência, a cultura brasileira era desvalorizada pelos próprios brasileiros, em detrimento de uma cultura estrangeira. Outro detalhe é que essa modernização europeia se limitava a um grupo de pessoas, as elites, excluindo as demais camadas da sociedade. “A cultura brasileira é profundamente desvalorizada pelas elites, tomando-se em seu lugar a cultura europeia como modelo de modernidade a ser alcançada” (OLIVEN, 2001, p.3).

O impacto decisivo para o processo de modernização tardia brasileira é a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, que, de acordo com Pereira Queiroz (*apud*

4 O conceito de pós-modernidade gera questionamentos em variadas áreas do conhecimento. Anthony Giddens, por exemplo, prefere o termo "modernidade radicalizada"; Zygmunt Bauman, o termo "modernidade líquida". Tomamos aqui como um conceito da sociologia histórica o qual corresponde à condição sociocultural e estética dominante após a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a crise das ideologias nas sociedades ocidentais no final do século XX, sem que se estabeleçam discussões acerca das variadas visões.

OLIVEN, 2001, p. 4), ocasionou grandes mudanças culturais e econômicas, como a transformação de colônia para sede da monarquia, abertura dos portos (trazendo um grande fluxo de comerciantes estrangeiros), a difusão do estilo de vida burguês urbano nas classes altas e, posteriormente, a declaração da independência.

O país, agora independente, tenta encontrar a sua identidade nacional. Essa busca começa na segunda metade do século XIX, com os escritores passando a valorizar as

nossas raízes culturais: o índio, a vida rural etc. A forma de tratar a questão é importada: o romantismo europeu. Retrata-se um índio do tipo “bom selvagem”, quando na verdade a população indígena brasileira já sofria há muito as consequências do contato com o homem branco (OLIVEN, 2001, p.4).

Em 1922, cem anos após a declaração de independência, ocorreu a Semana de Arte Moderna, que teve como objetivo apresentar as novas tendências artísticas e culturais que estavam ocorrendo na Europa, rompendo, então, com os padrões clássicos que estavam em vigor no Brasil. Além disso, o evento significou o início da verdadeira busca da identidade nacional brasileira. “A questão da identidade nacional está ligada à ilusão das relações raciais, das metáforas estabelecidas entre comida e mulheres, do carnaval, da malandragem, do jeitinho” (BARBOSA, 1994, p. 76), como é o caso de Macunaíma, uma espécie de herói brasileiro que concentra em si a intersecção de matriz indígena, africana e europeia. A descrição do personagem que dá nome à obra de Mário de Andrade, publicada em 1928, é uma busca pela quebra do modelo idealizado e importado das produções literárias românticas.

A busca constante pela identidade nacional marcou o movimento modernista brasileiro. Os autores quase sempre tentavam trazer a problemática nacional para as suas obras. Foi durante o período modernista situado didaticamente entre 1945 e 1960 que entrou em cena o romance *Grande Sertão: Veredas*, no qual “a realidade histórico-social do país é iluminada por uma quantidade específica de conhecimento que, desse modo, não se encontra em nenhum tipo de discurso” (BOLLE, 2004, p.22). Guimarães Rosa dará uma nova perspectiva ao regionalismo e à identidade nacional, através dos costumes e da fala sertaneja.

A máxima “o sertão está em toda parte”, repetida pelo narrador várias vezes durante a narrativa, pode ser interpretada como um indicativo da intenção do autor de escrever “um livro sobre o Brasil a partir da perspectiva do sertão” (BOLLE, 2004, p.27). Saindo das grandes cidades e centros urbanos, Guimarães Rosa vai buscar no interior a verdadeira essência do brasileiro moderno.

Engana-se, assim como o forasteiro a quem Riobaldo conta toda sua trajetória, quem acha que vai encontrar um sertão arcaico e primitivo. Riobaldo logo informa ao doutor da cidade grande que ele chegou tarde, esse sertão já não existe mais:

Mas, o senhor sério tenciona devassar este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço por aí pena, pede esmola. Mesmo os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que o traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai minguando menos bravo, mais educado (ROSA, 2015, p. 33).

O sertão não é mais o mesmo, sua essência pura já foi contaminada com a modernidade europeia, assim como o Brasil. Na visão de Berman (1982, p. 13), ser moderno é “viver uma vida de paradoxo e contradição”. Essa agitação da vida moderna gerada pelas revoluções, pelas descobertas científicas resultou nessa forma paradoxal com a qual pensamos e encaramos o nosso lugar no mundo, nesse novo mundo repleto de possibilidades. Então, nos encontramos “em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor, mas, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (BERMAN, 1982, p. 15).

A obra de Guimarães Rosa traz o panorama da contradição da modernidade, utilizando o pacto fáustico como ferramenta narrativa para traçar os problemas e questionamentos vividos pelo ser humano e pela sociedade. Um dos intuitos deste artigo é compreender como o nosso país entra nesse processo de modernização pela ótica de Guimarães Rosa e de que forma o mito fáustico transpõe territórios para contar a história do Brasil.

3. O sertão está em toda parte

Grande Sertão: Veredas foi publicado em 1956, o ano em que Juscelino Kubitschek assumiu o cargo de presidente da República, implantando o Plano de Metas, um programa de industrialização e modernização do Brasil que prometia um desenvolvimento rápido e eficaz da economia e da indústria brasileira, e foi responsável pela construção da capital, Brasília, centro do poder político atual do país. É nesse cenário de grande impulso de desenvolvimento que essa obra rosiana surge.

Como um monstro, ele emerge intempestivamente na discreta, ordeira e suficientemente autocentrada vida cultural brasileira, então em plena euforia político-desenvolvimentista. Guimarães Rosa o escreve monstro para que sua qualidade selvagem se destaque com nitidez na paisagem modernizadora do Brasil, tal como

configurada pelo Plano de Metas da presidência da República. (SANTIAGO, 2018, p. 505)

Como dito anteriormente, o romance rosiano é um “retrato do Brasil da perspectiva do sertão” (BOLLE, 2004, p. 27). O autor usa diversos elementos da narrativa, da configuração do ambiente e do estilo de vida sertanejo, para fazer alusão ao momento sociopolítico vivido pelo país. “O sertão é destacado dentre todas as demais regiões do país como o espaço da construção da nação, definidor da identidade brasileira. O meio ambiente marca também a atividade econômica, a vestimenta e a habitação, o comportamento, a vida social e a religião” (BOLLE, 2004, p. 74).

O sertão deixa de ser um espaço primitivo e exclusivamente nordestino, como era comumente retratado em obras literárias anteriores, pois “em Guimarães Rosa, a localização do sistema jagunço numa região limítrofe com os centros do poder, incluindo o território do Distrito Federal, confere ao texto o caráter de um retrato alegórico do Brasil” (BOLLE, 2004, p 116-117).

A trajetória de Riobaldo em meio ao mundo jagunço, vista como percurso de iniciação política, cumpriria a função de incitar no leitor a reflexão crítica a respeito da instituição da jagunçagem – fator central para a compreensão do fenômeno da violência e do crime no país, assim como do funcionamento do sistema de poder entre nós. (CORPAS, 2007, p. 280)

Os jagunços, em *Grande Sertão: Veredas*, são “homens livres que optaram pelo modo de vida provisório e nômade da jagunçagem pelos mais variados motivos. Não recebem soldo, [...] mas são parte integrante do esquema político que impera no sertão e que coloca em choque diferentes grupos e facções” (VASCONCELOS, 2002, p. 328). “Essa instituição se auto-encena e debate sobre si mesma, com todos os seus elementos: os chefes, os subordinados, os combatentes do lado de cá e o inimigo, a guerra, o crime e a lei, o poder e as estruturas econômicas e sociais” (BOLLE, 2004, p. 98). Dentro desse sistema, “o banditismo e a violência que lhe é inerente atravessam o romance e determinam em grande parte seu movimento e desfecho, permitindo inscrevê-lo no cruzamento entre o literário e o histórico” (VASCONCELOS, 2002, p. 324). Nesse caso,

o romance pode contribuir para iluminar, a partir do ponto de vista de um participante do mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias. (VASCONCELOS, 2002, p. 324)

Riobaldo afirma: “Jagunço é o sertão” (ROSA, 2015, p. 258). A partir disso, se a intenção de Guimarães Rosa foi de colocar o sertão não como um espaço geográfico em si, mas como um espaço alegórico do Brasil, Riobaldo, ao fazer tal afirmação, permite-nos interpretar que o jagunço e o sistema jagunço correspondem também à representação do país e, mais especificamente, à organização social e política brasileira.

A palavra ‘jagunço’ e a instituição da jagunçagem revestem-se, assim, de importância estratégica para se compreender o fenômeno da violência e do crime no Brasil. Ao retratar o país sob o ângulo da jagunçagem, Guimarães Rosa traz à tona o componente de violência que está na origem de todo o poder constituído. (BOLLE, 2004, p. 92)

O livro é um longo monólogo do ex-jagunço Riobaldo, no qual ele narra sua história de vida para um forasteiro da cidade. Seu primeiro contato direto com os jagunços e sua iniciação nesse mundo se dão por conta da sua mudança para morar com o padrinho, que lhe oferece educação, fazendo dele um homem letrado e, posteriormente, um professor. É através dessa profissão que ele conhece Zé Bebelo, um dono de fazenda que o contrata como professor. Zé Bebelo se revela um homem inteligente, que aprende rápido, ávido pelo conhecimento: “O que ele queria era botar na cabeça, duma vez, o que os livros dão e não. Ele era a inteligência! Vorava. Corrido, passava de lição em lição, e perguntava, reperguntava, parecia ter até raiva de eu saber e não ele, despeitos de ainda carecer de aprender, contra-fim” (ROSA, 2015, p. 114).

Ele acaba se afeiçoando a Riobaldo e o contrata como seu secretário, revelando quais são seus planos de “sair pelo Estado acima, em comando de grande guerra. O fim de tudo, que seria: romper em peito de bando e bando, acabar com eles, liquidar com os jagunços, até o último, relimpar o mundo da jagunçada braba” (ROSA, 2015, p. 115). Zé Bebelo

reuniu com dinheiro do governo uma tropa de capangas e soldados a fim de abolir o ‘jaguncismo’, o que ele imagina como trampolim para uma carreira política. Como secretário de Zé Bebelo, Riobaldo acompanha a investida dessa tropa contra os jagunços, notadamente os bandidos do Hermógenes e do Ricardão, na região de Brasília (de Minas), Lontra e Condado. No entanto, quando se prepara uma nova ofensiva, [...] o nosso protagonista resolve fugir, desgostoso com a ‘constante brutalidade’. (BOLLE, 2004, p. 110)

Ele vê na sua ação de acabar com os jagunços uma forma de realizar seu desejo de entrar para a política: “entro direito na política! Antes me confessou essa única sina que ambicionava, de muito coração! e era de ser deputado” (ROSA, 2015, p. 115). Zé Bebelo se mostra então como “o herói por assim dizer republicano do livro, que quer reformar o sertão e pôr fim ao jaguncismo” (PACHECO, 2008, p. 183). “Tenho nada ou pouco com o Governo, não nasci

gostando de soldados... Coisa que eu queria era proclamar outro governo” (ROSA, 2015, p. 232).

A partir do movimento idealizado e organizado por Zé Bebelo que consistia em acabar com a instituição dominante do sertão, Guimarães Rosa

mostra como os sertanejos recebem os influxos dos “novos tempos”. Os heróis míticos do livro buscam estabelecer o Bem no sertão por via de uma ética interna em que a violência jagunça adquire caráter ordenador, enquanto um homem de fora, que quer o progresso e exclama “vivas” à lei, pretende acabar com o jaguncismo. (PACHECO, 2008, p. 183)

Dessa forma, “Zé Bebelo tem uma dinâmica de ruptura com a cordialidade e é certamente a única com um afã pela incorporação do sertão à racionalidade moderna” (LOPES, 2009, p. 4). Seria então uma metáfora para o colonizador estrangeiro, que quer acabar com os nativos e sua forma de vida “rústica”, para impor o que ele considera mais avançado e civilizado. Riobaldo descreve Zé Bebelo como: “Aquele queria saber tudo, dispor de tudo, poder tudo, tudo alterar. [...] Trepava de ser o mais honesto de todos, ou o mais danado, no tremeluz, conforme as quantas. Soava no que falava, artes que falava, diferente na autoridade, mas com uma autoridade muito veloz” (ROSA, 2015, p. 73).

A invenção revigora o lado arcaico do sertão — virando-o inclusive pelo avesso, como no julgamento de Zé Bebelo, arcaicamente moderno. Parte de um país cuja modernidade é constitutivamente atrasada, o sertão, palco de heróis, é também uma imagem de luta contra a barbárie (a civilização como ordem por excelência, mas ali vista de fora) e de uma outra transformação já ficcionalmente posta — aquela que permite ao arcaico produzir a grandeza de tais heróis —, cujas mediações históricas, porém, não estão dadas. (PACHECO, 2008, p. 187)

Para Zé Bebelo, transformar o sertão em um lugar civilizado é um dever com a nação: “Agora, temos de render este serviço à pátria — tudo é nacional!” (ROSA, 2015, p. 116). E é uma tarefa que apenas ele pode cumprir:

Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto! Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas. Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruído no jornal. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa. (ROSA, 2015, p. 116-117)

O discurso político de Zé Bebelo começa a causar aborrecimento em Riobaldo, que parece ser sempre o mesmo de todos as outras figuras do governo. “Zé Bebelo elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana” (ROSA, 2015, p. 118). “Os discursos de Zé Bebelo são a alegoria de um Brasil retórico, eternamente projetado

para o futuro” (BOLLE, 2004, p. 133). Além do enjoo com a fala de Zé Bebelo, Riobaldo presencia a violência de seu bando para derrotar os jagunços, ele “percebe que os demais companheiros correm o risco de serem sacrificados em proveito das ambições políticas do seu chefe” (BOLLE, 2004, p. 113). Essa percepção desencadeia a sua fuga, acarretando posteriormente o encontro com Diadorim e os jagunços liderados por Joca Ramiro.

Somos apresentados ao outro lado da guerra, liderado por Joca Ramiro, a quem Riobaldo nos apresenta primeiramente como um “grande homem príncipe! — era político” (ROSA, 2015, p. 26). Contrastando com ele, temos também a descrição dos chefes jagunços que estão sob seu comando: o Ricardão, o fazendeiro rico, cujo “interesse pecuniário falava mais alto, ‘bruto comercial’, o que o desqualificava para a política de chefia” (RONCARI, 2001, p. 221-222); e Hermógenes, no qual “a função guerreira dominava, ele era incapaz de enfrentar as situações políticas, não tinha ‘tino nem prosápia’, faltavam-lhe as capacidades de juízo e discernimento, ‘tino’, e de poder de dissuasão e convencimento pelo discurso” (RONCARI, 2001, p. 221). Riobaldo nos dá os motivos de cada um dos dois estarem nessa vida, delineando características de personas políticas do Brasil: “Ricardão, mesmo, queria era ser rico em paz: para isso guerreava. Só o Hermógenes foi que nasceu formado tigre, e assim” (ROSA, 2015, p. 26).

O sertão “é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade” (ROSA, 2015, p. 19), ou seja, “é um espaço que serve de asilo ou couto para outros bandidos” (BOLLE, 2004, p. 101). Seria então uma alusão ao centro do poder político brasileiro, que mudou para Brasília, onde os detentores do poder encontram proteção e liberdade para praticarem atos criminosos.

Uma passagem emblemática da obra que entrega um panorama político brasileiro é o julgamento de Zé Bebelo, que, após ser capturado pelos jagunços de Joca Ramiro, pede para ser julgado, ao invés de ser imediatamente executado, o que “representa um importante ganho civilizacional para o sertão, pois contrariava a ética costumeira” (LOPES, 2009, p. 11). Esse episódio é “um tribunal da história no meio do sertão” (BOLLE, 2004, p. 98), em que Guimarães Rosa elabora um projeto que “consiste em revelar o funcionamento do sistema real do poder no país, mostrando inclusive como determinadas utopias são manipuladas pela retórica dominante” (BOLLE, 2004, p. 122). O tribunal é “a incorporação das instituições modernas pelos costumes arcaicos” (RONCARI, 2001, p. 220).

O que o julgamento parecia fundar era uma instituição que incorporasse o costume, em vez de simplesmente combatê-lo para erradicá-lo e substituí-lo por uma ordem

artificial vinda de fora, como fazia Zé Bebelo, usando para isso dos mesmos meios violentos dos jagunços. Entretanto, como resultado dessa experiência, tudo parecia revirar, e o sertão se tornava ainda mais sertão. De alguma forma, o Brasil estava sendo ali também alegorizado, como um enorme espaço periférico, dominado pelas relações ásperas e arcaicas, experimentando as possibilidades de civilização. (RONCARI, 2001, p. 220)

A todos é dada a possibilidade de falar e acusar o inimigo. Hermógenes é o primeiro, que não acusa Zé Bebelo de nada, apenas exige sua morte: “Acuso é isto, acusação de morte. O diacho, cão!” (ROSA, 2015, p. 220). O próximo a falar é Sô Candelário, que também quer a sua morte, sugerindo um duelo, mas quando é perguntado sobre qual crime Zé Bebelo iria sofrer tal sentença, ele responde: “Crime?... Crime não vejo. E o que acho, por mim é o que declaro: com a opinião dos outros não me assopro. Que crime? Veio guerrear, como nós também. Perdeu, pronto!” (ROSA, 2015, p. 222). Portanto, “os próprios jagunços que foram ameaçados de extermínio por Zé Bebelo acabam por julgar que ele não cometeu crime nenhum. Para nenhum deles trata-se de condenar a guerra, mas, pelo contrário, de reafirmar seu direito de guerrear” (BOLLE, 2004, p. 135).

Os jagunços se dividem entre as posições opostas de Hermógenes e Sô Candelário, cada um apoia o que mais acredita, mas principalmente escolhendo quem deu a ideia, pois, “durante o extraordinário episódio do julgamento de Zé Bebelo está em jogo, subterraneamente, uma disputa de poder” (MAZZARI, 2008, p. 282). Enquanto ocorre esse embate, o chefe Joca Ramiro acusa Zé Bebelo:

— O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei... — Velho é, o que já está de si desencaminhado. O velho valeu enquanto foi novo... — O senhor não é do sertão. Não é da terra... — Sou do fogo? Sou do ar? Da terra é a minhoca — que galinha come e cata! Esgaravata! (ROSA, 2015, p. 218)

Segundo Bolle (2004, p. 136), tal acusação é feita para “proporcionar aos combatentes sertanejos, que arriscam diariamente suas vidas, uma ideologia, uma imagem de ‘inimigo’: os outros são os cachorros do governo”. O autor aqui dá mais um exemplo de como as pessoas que estão no poder conseguem manipular seus subordinados. Joca Ramiro permite que todos falem, dando uma falsa impressão de igualdade de poder e que a decisão do chefe será conduzida pela opinião deles. No entanto, o embate está sendo realizado entre Joca Ramiro e Zé Bebelo, e não entre os jagunços e Zé Bebelo, e isso pode ser confirmado quando Joca Ramiro opta pelo exilamento do réu, fazendo com que a oposição e o governo entrem em um acordo, ou seja, “se os chefes, por um lado, representam diante do povo uma determinada imagem do conflito (Sertão versus Cidade), por outro lado, há entre eles um arranjo à revelia de seus subordinados” (BOLLE, 2004, p. 137). E, com isso, o autor

mostra como, no palco da guerra, Lei e Crime dialogam entre si e se entendem. Ao fundamentar seu retrato do Brasil numa encenação do sistema jagunço — instituição limiar entre a lei e a ilegalidade, onde a transgressão é a regra e a guerra é permanente — Guimarães Rosa representa o funcionamento das estruturas de poder no país. (BOLLE, 2004, p. 138)

O modelo de funcionamento da sociedade jagunça, das suas leis e a relação direta com o crime não se apresentam apenas nessa passagem específica, mas também no decorrer da obra, que mostra que o confronto entre os líderes é um “retrato que põe em cena, alegoricamente, bandos de criminosos disputando o poder no planalto central do Brasil” (BOLLE, 2002, p. 353). E, embora a publicação da obra coincida com o início do desenvolvimento da capital política brasileira, a constituição do sistema jagunço faz projeções para o tempo presente, pois

A cada dia que passa, o Brasil real assemelha-se mais ao país retratado por Guimarães Rosa em seu romance *Grande sertão: Veredas*. Não somente no remoto sertão, mas também nas grandes cidades existem territórios onde a soberania é exercida abertamente por bandidos no lugar de policiais; [...] Quanto a vários políticos do mais alto escalão, eles têm ocupado o noticiário não pelos serviços que prestam à nação, mas pelo seu envolvimento em ações ilegais, no estilo dos velhos mandões locais e de chefes de quadrilha (BOLLE, 2002, p. 352).

A linguagem da obra é outro elemento importante que compõe a representação do povo e da nação brasileira, assim como configura o problema social do Brasil. Foi “na linguagem e na representação literária de um sertão brasileiro, [que] Guimarães Rosa eternizou-se, passando a figurar como escritor situado um passo acima da história” (PACHECO, 2008, p. 180).

Como visto na cena do julgamento, os chefes Joca Ramiro e Zé Bebelo é que estão realmente dialogando, enquanto os que estão abaixo no nível de conhecimento e domínio linguístico são manipulados. Essa é uma estratégia usada por Guimarães Rosa para “chamar a atenção sobre o desequilíbrio de falas entre as forças sociais” (BOLLE, 2004, p. 41). É o choque entre “dois tipos de discursos: a grandiloquência dos donos do poder, sempre no alto, e as baixadas, a fala da gente humilde” (BOLLE, 2004, p. 18), que espelha a desigualdade social e “a falta de entendimento entre as classes dominantes e as classes populares, o que constitui um sério obstáculo para a verdadeira emancipação de um país” (CAVALCANTI; FERREIRA, 2016, p. 223).

Zé Bebelo, com sua habilidade para o discurso político, é um exemplo de como a linguagem pode ser usada tal qual uma arma. Ele domina seus subalternos, que possuem menos conhecimento, com o uso da fala.

Zé Bebelo é a figura emblemática da modernização. É moderno sobretudo na medida em que, nele, a ação política é substituída pelo discurso político. Essa é uma das

características mais marcantes da modernidade – melhor dizendo: da modernidade reacionária, com a qual se iniciou, em 1933, a pós-modernidade –, a invenção dos ministérios de propaganda e publicidade governamental. (BOLLE, 1998, p. 43)

Porém, Riobaldo, o narrador sertanejo, note-se bem, não é nada simples, mas uma pessoa que conhece muito bem a gramática e a retórica, uma figura altamente elaborada, um jagunço letrado (BOLLE, 2004, p. 41). Por conta disso, “Riobaldo então, se dá conta de sua real condição de raso jagunço: longe de estarem em cima dos pobres, ele e seus companheiros fazem parte da plebe rural, são mão de obra a ser usada conforme as necessidades dos poderosos.” (BOLLE, 2004, p. 113). E a partir da constatação de Riobaldo, sua trajetória de pactário segue para um caminho que vai além da vingança dos acontecimentos futuros.

3. O pacto: um contrato social

Desde o início da narrativa somos preparados para algo espantoso e maligno: “Riobaldo está atormentado até o fundo da alma pela culpa de que possa ter concluído um pacto com o Diabo – ao mesmo tempo em que não está inteiramente certo se o Tal existe. É essa a inquietude que motiva o relato e dá existência ao romance” (BOLLE, 1998, p. 30). Ele conta sua história para o interlocutor citadino para que este dê sua opinião a respeito da realização do pacto, e para, quem sabe, perder o sentimento de culpa da morte de Diadorim. É “o dilaceramento de um homem tomado entre o bem e o mal, debatendo sem repouso a validade da sua conduta” (CANDIDO, 2006, p. 11). Assim, Riobaldo coloca suas dúvidas, sempre tentando negar a existência do diabo, ao mesmo tempo que não consegue desviar do maligno:

Explico ao senhor: o diabo vive dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco – é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. Este caso – por estúrdio que me vejam – é de minha certa importância. Tomara que não fosse... Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele? Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia. Já sabia, esperava por ela – já o campo! Ah, a gente, na velhice, carece de ter sua aragem de descanso. Lhe agradeço. Tem diabo nenhum. Nem espírito. Nunca vi. Alguém devia de ver, então era eu mesmo, este vosso servidor. Fosse lhe contar... Bem, o diabo regula seu estado preto, nas criaturas, nas mulheres, nos homens. Até: nas crianças – eu digo. Pois não é ditado: ‘menino do diabo’? E nos usos, nas plantas, nas águas, na terra, no vento... Estrumes... O diabo na rua, no meio do redemunho... (ROSA, 2015, p. 21)

Dessa forma, o romance se configura como um discurso diante de um tribunal. O narrador Riobaldo está às voltas com a tarefa de explicar e justificar um ato culposo: o pacto que ele fechou com o Diabo. O ato pode ser igualmente considerado um crime fundador, se o

interpretarmos alegoricamente como um falso contrato social, ou seja, como representação da lei fundadora de uma sociedade radicalmente desigual. (BOLLE, 2004, p. 39)

A princípio, a interpretação da motivação do jagunço para fechar o acordo com o Diabo é a retaliação da morte de Joca Ramiro, traído por Hermógenes e Ricardão. Riobaldo sempre viu algo de sombrio em Hermógenes e associa situações como estar no bando chefiado por ele e uma série de vitórias sobre seu bando, agora chefiado por Zé Bebelo, a um suposto pacto feito por Hermógenes com o Diabo. Desse modo, Riobaldo só poderia vencê-lo se também se tornasse pactário.

No entanto, essa é apenas a superfície da situação. A motivação de Riobaldo surge com “a consciência do herói, de que ele mesmo é igual a estes ‘homens humanos’, isto é, um horror, um ser portador de morte e de anulação, um desejo-do-nada, perdido no nada” (ROSENFELD, 2013, p. 98), como exemplificado na fala do jagunço: “o que era que eu queria? Ah, acho que não queria mesmo era nada, de tanto que eu queria só tudo. Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo!” (ROSA, 2015, p. 344). Ele não queria ser mais um entre os outros tantos jagunços, queria subir de posição: “Eu queria ser mais do que eu” (ROSA, 2015, p. 344), e a partir dessa constatação, Riobaldo reflete de que forma vai alcançar seu objetivo, se é através de Deus ou do Diabo: “‘Deus ou o demo?’ – sofri um velho pensar. Mas, como era que eu queria, de que jeito, que? [...] E em troca eu cedia às arras, tudo meu, tudo o mais – alma e palma, e desalma...” (ROSA, 2015, p. 344).

Além das investidas fracassadas contra o Hermógenes, o bando de Zé Bebelo se encontra com o fazendeiro seô Habão, em uma região que está sendo assolada pela peste, deixando o senhor de terras em uma situação difícil, sem mão de obra. Enquanto ele relata seus problemas, Riobaldo percebe as intenções de seô Habão em usar os jagunços desesperançados com a guerra como seus trabalhadores, ou melhor, seus escravizados:

E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos — aí eu entendi a gana dele! que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoiei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal! cobiçava a gente para escravos! (ROSA, 2015, p. 340)

Esse vai ser mais um momento em que o jagunço irá perceber sua verdadeira posição social. Riobaldo afirma que o seô Habão “era um homem que estava de mim em tão grandes distâncias” (ROSA, 2015, p. 340), e então ele toma “consciência de se encontrar entre pobres e ricos, entre um senhor e seus escravos – e de ter que optar. Se ele depusesse as armas nesse momento, abandonasse a jagunçagem, não seria mais que um simples diarista, desaparecendo

no meio da plebe rural” (BOLLE, 1998, p. 31). Riobaldo vai procurar no acordo demoníaco uma forma de superar “a diferença de classes que separa um peão de um fazendeiro” (BOLLE, 1998, p. 32).

Diferenças são criadas pelo modo desigual como o Brasil foi constituído e distribuído, e, dessa forma, o romance rosiano apresenta características da formação da sociedade brasileira:

uma das mais importantes é a questão fundiária, pois a terra, em nosso país, foi distribuída para uma pequena elite, dando origem aos grandes latifúndios. Outro traço importante é a ausência do Estado oficial em grande parte do território nacional. A Coroa portuguesa apresentava um grande paradoxo, era, ao mesmo tempo, um governo forte e sem recursos, por isso os colonizadores não tiveram outra saída se não fazer um pacto com os potentados rurais, sobretudo em terras localizadas no interior. Esta realidade ficou enraizada na identidade política brasileira, dando origem à cultura da mistura e do conluio entre o poder estatal e o privado e a formação de um verdadeiro Estado paralelo, no qual impera o arbítrio, o autoritarismo, a lei do mais forte e a violência (CAVALCANTE; FERREIRA, 2016, p. 226).

Riobaldo se transforma no homem moderno que deseja a mobilidade social e, percebendo a limitação humana, recorre a uma força superior para alcançar seu objetivo. O pacto é, então, “uma representação criptografada da modernização do Brasil” (BOLLE, 2004, p. 148), e “é justamente pelo fato de a obra narrar uma história da formação a partir do Mal que ela revela mais sobre as estruturas sociais e políticas” (LOPES, 2009, p. 15). O romance rosiano mostra “o nascimento de uma forma da sociedade urbana moderna [...] que renasce em pleno interior do Brasil, de dentro do arcaico que é o mar do sertão, como se, de repente, se refizesse em nosso meio a história de um gênero decisivo para a modernidade” (ARRIGUCCI *apud* CORPAS, 2007, p. 270).

Com efeito, seguindo o mito fáustico, a força superior que Riobaldo invoca para conquistar seu propósito é o demônio: “– ‘Ei, Lúcifer! Satanás, dos meus Infernos!’” (ROSA, 2015, p. 345). E mesmo a figura demoníaca não aparecendo fisicamente, é a certeza interna que o pactário tem de que foi ouvido, que lhe dá a coragem necessária para seguir em frente com sua ambição: “não apareceu nem respondeu [...] Mas eu supri que ele tinha me ouvido. [...] Como que adquirisse minhas palavras todas; e fechou o arrocho do assunto. Ao que eu recebi de volta um adejo, um gozo de agarro, daí umas tranquilidades – de pancada” (ROSA, 2015, p. 345).

A cena do pacto é, assim, o ponto culminante de um longo processo de rejeição de conteúdos e valores tradicionais (as virtudes arcaicas, clássicas e cristãs), mostrando que todo “valor” concreto e empírico é nada mais do que “matéria vertente”, suscetível de ser aproveitado pelas lógicas mais variadas e paradoxais. Não é certamente por acaso que o discurso mais progressista e moderno (a proposta positivista de Zé Bebelo) revela-se como o veículo do gozo arcaico e paradoxal da destruição. (ROSENFELD, 2013, p. 98)

O pacto “traduz a reflexão de Guimarães Rosa a respeito das instituições sobre as quais repousam a ordem pública, o sistema político do país, as estruturas jurídicas do Estado e o próprio processo da modernização” (BOLLE, 1998, p. 34). E o autor mostra a realidade modernizadora do sertão a partir

do ângulo dos que a experimentaram como um mal e um “bem”, os que sofreram o impacto e os que tiveram o poder de fabricar um simulacro da modernização. Ricardão, Hermógenes e Riobaldo – três pactários. O rico, o violento, o oportunista. A máquina do poder vista por dentro (BOLLE, 1998, p. 30).

Feito o pacto, Riobaldo renasce, ele se enche de coragem e pompa e se torna o chefe dos jagunços: “você é o outro homem, você revira o sertão... Tu é terrível, que nem um Urutú-branco” (ROSA, 2015, p. 358). Na sua ascensão social, ele se sente poderoso e livre do seu passado: “Aí eu mandava. Aí eu estava livre, a limpo de meus tristes passados. Aí eu desfechava. Sinal como que me dessem essas terras todas dos Gerais, pertencentes” (ROSA, 2015, p. 359). “Riobaldo sai transformado, endurecido, arbitrário, roçando a crueldade, na prepotência das funções de mando que logo assume” (CANDIDO, 2006, p. 123).

“Todas as máximas do herói, messiânicas ou político-progressistas tornam-se veículos de infinitos paroxismos de violência que realizam, sob o manto da respeitabilidade heróica, messiânica e modernizadora, orgasmos deslocados e perversos” (ROSENFELD, 2013, p. 99). Quando ele ordena o recrutamento de novos homens para o seu bando, chegam vários candidatos, sertanejos pobres. Então, “o chefe Riobaldo se vale da miséria geral para aliciar mão-de-obra para sua empresa” (BOLLE, 2004, p. 180): “Aquela gente depunha que tão aturada de todas as pobreza e desgraças. Haviam de vir, junto, à mansa força. Isso era perversidade? Mais longe de mim — que eu pretendia era retirar aqueles, todos, destorcidos de suas misérias” (ROSA, 2015, p. 363).

Essa característica de “remediar a miséria através da retórica” (BOLLE, 2004, p. 179) é algo que ele herdou do tempo de convívio como Zé Bebelo. “A retórica da simulação é usada para fazer com que o sistema jagunço apareça como instrumento por excelência para resolver os problemas sociais” (BOLLE, 2004, p. 180), quando, na verdade, “os chefes se aproveitam da mão-de-obra dos sem-posses para satisfazer seus interesses particulares, que são dissimulados” (BOLLE, 2004, p. 180). Assim, a jagunçagem se torna uma forma de mascarar os problemas sociais: “Quando se jornadaia de jagunço, no teso das marchas, praxe de ir em movimento, não se nota tanto: o estatuto de misérias e enfermidades. Guerra diverte — o demo acha” (ROSA, 2015, p. 60).

Quando Riobaldo, depois do pacto, torna-se dono do poder, ocorre também uma mudança em seu discurso, a ponto de ele incorporar a mentalidade daqueles que criticou: os seu Habão, seu Zé Bebelo, seu Selorico Mendes... Nessa fase, o discurso de Riobaldo, por sua vez, é atravessado por falas críticas de sertanejos. (BOLLE, 2002, p. 361)

Riobaldo “procura inspirar-se no exemplo de Zé Bebelo, chefe habilidoso nos acertos políticos” (BUENO, 1998, p. 41). Em momentos de dificuldade para tomar decisão, ele se pergunta o que seu antigo chefe faria: “O que era que Zé Bebelo, numa urgência assim, no arco, inventava de fazer?” (ROSA, 2015, p. 387). “Se, por um lado, Riobaldo comenta e contesta os discursos dos chefes [...], por outro lado, ele mesmo, quando chefe, passa a ser um dos porta-vozes do sistema (e, no momento da narração, busca justificar sua atitude)” (CORPAS, 2007, p. 280). Na liderança de Riobaldo, “consolida-se a desidealização da vida de jagunço, prevalecendo a visão de um mundo desencantado e violento, em que a instituição da jagunçagem mostra-se imbricada com o problema social” (CORPAS, 2007, p. 280).

[...] o romance desenrola-se no sentido de um rebaixamento do estatuto destes pactos sociais e socializantes que se tomam visivelmente frágeis e precários enquanto promessa civilizadora. O pacto toma-se, assim, essencialmente ambivalente, aberto em todos os sentidos: veículo de um "conhecimento" que não leva necessariamente a um progresso cultural, mas que pode igualmente apontar em direção à barbárie. (ROSENFELD, 2013, p. 93).

A trajetória de Riobaldo na jagunçagem, partindo de um mero peão como os demais, chegando ao status de chefe, até finalizar como fazendeiro, dono de terras e jagunços,

vista como percurso de iniciação política, cumpriria a função de incitar no leitor a reflexão crítica a respeito da instituição da jagunçagem – fator central para a compreensão do fenômeno da violência e do crime no país, assim como do funcionamento do sistema de poder entre nós. (CORPAS, 2007, p. 280)

Pelas mãos de Guimarães Rosa, o pacto fáustico assume a forma de um “meio mágico para passar para o outro lado da máquina social” (BOLLE, 2004, p. 113). Ao fazer o “pacto com o demônio, não apenas para vencer o pactário Hermógenes, mas para ascender à classe dominante, às custas de seus companheiros” (BOLLE, 2004, p. 18), Riobaldo se afirma como o homem moderno brasileiro, preocupado com a sua posição diante da hierarquia social e capaz de sacrificar sua alma para chegar ao topo.

Considerações finais

A definição de pacto pode ser entendida como um ajuste, um contrato, uma convenção entre duas ou mais pessoas. A sociedade e os indivíduos fazem pactos, fáusticos ou não, durante

todo seu período de existência, e os pactos, e em especial o pacto fáustico, estão presentes na história da humanidade e compõem a estrutura social e humana. O pacto fáustico é um tema recorrente da literatura universal por ser um aspecto da constituição do pensamento humano. É uma resposta à condição limitada do homem e ao desejo de superar essas limitações.

Guimarães Rosa também faz de seu protagonista o retrato de uma nação, ~~e vai além~~, servindo-se do sertão como um espaço alegórico da formação sócio-política brasileira, criando uma linguagem para compor a representação de um povo. O funcionamento do sistema jagunço, na base do crime e da violência, do poder do mais forte, em que o diálogo só acontece realmente entre os chefes, e que os que estão abaixo têm apenas a ilusão de poder, delineia a composição política do Brasil, que continua assim até hoje. O autor mostra também a disputa entre o moderno e o arcaico, a cidade e o interior, o colonizador que quer civilizar uma população em prol de seus próprios interesses e desejo de poder, e no final, por bem ou por mal, a modernidade chega para todos.

Referências

- BARBOSA, Juvêncio José. *Alfabetização e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1994, 2.ed.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se dissolve no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Ana Tollo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1982.
- BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- BOLLE, Willi. O pacto no Grande Sertão - Esoterismo ou lei fundadora?. *Revista USP*, São Paulo, n. 36, p. 26-45, 1998.
- BOLLE, Willi. Representação do povo e invenção de linguagem em Grande Sertão: Veredas. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 352-366, 1º sem. 2002.
- BUENO, Raquel Illescas. *Urutú-Branco e o leproso: corpo e culpa em uma vereda do Grande Sertão*. Editora da UFPR: Curitiba, 1998.
- CANDIDO, Antonio. *Tese e antítese: ensaios*. 4.ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CORPAS, Danielle. Grande Sertão: Veredas e formação brasileira. *Revista da ANPOLL*. n. 24, v. 1, jan./jul. 2008. p. 261-288.
- CAVALCANTE, Lara Capelo; FERREIRA, Kilvia Souza. O julgamento de Zé Bebelo: direito em travessia. *Revista de Direito, Arte e Literatura*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 219-234, Jan/Jun. 2016.
- LOPES, João Marques. *Zé Bebelo ou a modernidade na periferia*. In: CHIAPPINI, L & VEJMEKKA, E. (Org.). *Espaços e caminhos de João Guimarães Rosa: dimensões regionais e universalidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 370-376.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. 13. Ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- MAZZARI, Marcus Vinicius. Figurações do “mal” e do “maligno” no Grande sertão: veredas. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 22, v. 64, 2008.

- NITSCHAK, Horst. A visão política de Goethe. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1/2, v. 6, p. 24-41, 1983.
- OLIVEN, Ruben George. *Cultura e modernidade no Brasil*. São Paulo em perspectiva, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8571.pdf>, acessado em 26/05/2023.
- PACHECO, Ana Paula. Jagunços e homens livres pobres: o lugar do mito no Grande sertão. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 81, p. 179-188, junho 2008.
- REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- RONCARI, Luiz. O tribunal do sertão. *Teresa: Revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 2, p. 216-248.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 21.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- ROSENFELD, Kathrin Holtermayr. O pacto entendido como “lance”. *Organon*, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 19, 2013.
- SANTIAGO, Silvano. *Genealogia da Ferocidade: Ensaio sobre Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Pernambuco: Cepe Editora, 2018.
- SKOCPOL T, KESTNBAUM M. *The French Revolution in World-Historical Perspective*. In: Feher F *The French Revolution and the Birth of Modernity*. Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press; 1990. p. 13-29.
- VASCONCELOS, Sandra Gardini T. Homens provisórios. Coronelismo e jagunçagem em Grande Sertão: veredas. *Scripta, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da PUC-Minas*, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 321-333, 2002. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12410/9706>, acessado em 19/05/2019.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Trad. Mário Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

*Recebido em 31 de julho de 2023
Aceito em 21 de dezembro de 2023*